



Clima e Cuidado

por que unir essas duas agendas?

1. A crise climática tem cor, gênero e território

A intersecção entre as agendas de clima e cuidado representa uma das dimensões mais negligenciadas e, ao mesmo tempo, mais urgentes da justiça socioambiental. A crise climática não atua de forma neutra: ela incide de forma desproporcional e mais severa nos territórios já marcados por desigualdades estruturais de raça, gênero e território. Mulheres negras, indígenas, periféricas e ribeirinhas, que historicamente carregam a responsabilidade de sustentar a vida mesmo em condições de escassez, são também as primeiras a perder seus meios de subsistência diante de eventos climáticos extremos. São elas que assumem a linha de frente, cuidando dos doentes, garantindo a alimentação de suas famílias e sustentando a vida em comunidades onde a presença do Estado muitas vezes, falha ou inexistente.

Esse padrão é agravado pelo racismo ambiental, que naturaliza a exposição sistemática de grupos vulnerabilizados à precarização ambiental e ao risco climático. As desigualdades regionais e o abismo de acesso a políticas climática entre centro urbanos e as periferias do país tornam ainda mais urgente a necessidade de respostas que reconheçam as múltiplas geografias da injustiça climática no Brasil.

É nesse contexto que afirmamos com convicção: o cuidado deve estar no centro da resposta climática. Longe de ser apenas o ato de permanecer no lar cuidando de crianças e idosos, o cuidado em sua essência mais profunda envolve garantir a continuidade da vida, tanto

cotidianamente quanto ao longo das gerações. Isso significa assegurar não apenas a alimentação e a moradia digna, mas também o transporte acessível e o fortalecimento a organização coletiva das comunidades, que se estrutura por meio de redes de apoio e vínculos comunitários sólidos. Promover uma cultura de cuidado é pilar central para sustentar ecossistemas saudáveis e preservados, condição sem a qual a vida se torna inviável. Ao mesmo tempo, é justamente essa ética do cuidado que pode reverter a lógica da exploração e exclusão, orientando decisões públicas que priorizem o bem comum. Trata-se de uma ação política, coletiva e vital.

2. É estratégico colocar o Cuidado no centro da ação climática

Tratar o cuidado como infraestrutura essencial é reconhecer seu papel ativo tanto na mitigação quanto na adaptação climática. Organismos internacionais como ONU Mulheres¹, UNFCCC² e Organização Internacional do Trabalho³ já reconhecem que não haverá justiça climática possível sem sistemas de cuidado públicos, redistributivos e acessíveis. No Brasil, dados do IBGE indicam que mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais ao cuidado não remunerado, o que representa o dobro da carga horária assumida pelos homens. Durante eventos climáticos extremos, como enchentes, secas e colapsos de serviços básicos, a carga de trabalho certamente se intensificará: cuidar dos filhos sem escola, acompanhar idosos sem acesso a postos de saúde, cozinhar sem energia elétrica ou água potável, reconstruir casas e rotinas após alagamentos.

Esse trabalho, ainda que invisível para a formulação de políticas públicas, é um eixo central da capacidade de adaptação comunitária. No entanto, os planos de ação climática seguem negligenciando sua existência e importância. Ao ignorar essa dimensão, compromete-se a eficácia de qualquer resposta institucional à crise. Reconhecer o cuidado como infraestrutura crítica significa compreender que sua ausência representa uma vulnerabilidade estrutural. Por outro lado, uma rede pública de cuidado bem organizada tem o potencial de reduzir deslocamentos, evitar colapsos de serviços e fortalecer a coesão social. Além disso, os investimentos nessa área geram efeitos positivos sobre as emissões indiretas, movimentam cadeias produtivas locais e contribuem para a geração de empregos em setores de baixa emissão de carbono.

¹ ONU MULHERES. *Feminist Plan for Sustainability and Social Justice*. Nova York: UN Women, 2022. Disponível em:

<https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2022/07/feminist-plan-for-sustainability-and-social-justice>. Acesso em: 24 jun. 2025.

² UNFCCC. *Gender and Climate Change*. Bonn: UNFCCC Secretariat, 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/gender>. Acesso em: 24 jun. 2025.

³ OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO). *Care Work and Care Jobs for the Future of Decent Work*. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_633135/lang--en/index.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.

3. Redistribuir o Cuidado para garantir Justiça

Reconhecer o cuidado como parte essencial do enfrentamento à crise climática é também uma afirmação política. A transição ecológica que buscamos deve ser socialmente justa, e isso implica reconfigurar o pacto social. Significa redistribuir tempo, recursos e responsabilidades. Para tanto, é imprescindível garantir serviços públicos de cuidado, como creches, unidades de saúde comunitária e cozinhas coletivas, capazes de liberar o tempo das mulheres para sua atuação política, econômica e comunitária.

É também preciso valorizar os saberes e práticas de cuidado já presentes nos territórios, que constituem uma base sólida de resiliência diante das transformações climáticas em curso. Tornar visível o que sustenta a vida é reconhecer que experiências como a agroecologia, as redes de solidariedade, os terreiros e as comunidades tradicionais oferecem soluções concretas de baixo carbono, com uso equilibrado de recursos e forte capacidade de adaptação. Embora frequentemente vistas como informais ou assistenciais, elas são verdadeiras tecnologias sociais, e integrá-las às estratégias climáticas nacionais e subnacionais é um passo decisivo para aumentar a legitimidade e o enraizamento territorial das políticas públicas.

4. O Programa Clima e Cuidado: um caminho de futuro

O Programa Clima e Cuidado nasce como uma proposta estruturante que conecta justiça climática à redistribuição do cuidado, fortalecendo lideranças femininas em todas as regiões do país. Nosso objetivo é desenvolver políticas baseadas em evidências e construir uma governança climática com rosto, cor e territórios bem definidos. Buscamos não apenas responder aos impactos da crise, mas abrir caminho para um futuro possível para o Brasil e para o planeta.

Redistribuir o cuidado com equidade de gênero, raça e territorial é garantir não apenas a preservação dos ecossistemas, mas também a continuidade e a longevidade da vida em todas as suas formas. Este não é apenas mais um projeto ambiental: é uma proposta de reconstrução.

Um futuro no qual a resposta à crise climática emerge dos territórios, se constrói com quem historicamente sustentou a vida, e se orienta por justiça, equidade e coragem política. O Bem Viver, como horizonte ético e político, nos convida a reorganizar nossas relações com a natureza e entre nós: com reciprocidade, interdependência e compromisso com a continuidade da vida. Nesse caminho, o processo de formação é estratégico: precisamos de lideranças políticas que compreendam o cuidado como eixo de justiça climática, capazes de formular políticas públicas que rompam com lógicas de exploração e exclusão que historicamente moldaram nossas políticas ambientais e sociais.